


Léxico, Cultura e Ensino: o patrimônio imaterial no Museu da Gente Sergipana

Lexicon, Culture and Teaching: the intangible heritage at Museu da Gente Sergipana

Janaína Cardoso de Mello

 <https://orcid.org/0000-0002-5060-0691>

Universidade Federal de Sergipe

Sandro Marcio Drumond Alves Marengo

 <https://orcid.org/0000-0003-4658-004X>

Universidade Federal de Sergipe

Resumo: O museu é um *locus* de significados (re)construídos e em constante (re)construção. O acervo nele acondicionado contém muito mais que objetos: aporta, linguisticamente, substantivos, adjetivos, artigos, pronomes, verbos e outras classes gramaticais que nomeiam fatos e realidades sociais dos testemunhos materiais e imateriais do homem e de seu entorno. Além disso, é importante frisar que, de acordo com Matoré (1973), as palavras não expressam as coisas em si, mas a consciência que os homens têm delas. O Museu da Gente Sergipana (MGSE), por suas salas, corredores e átrio, são rememorados os *falares sergipanos*, como uma parcial representação dos costumes e tradições imateriais de Sergipe (MELLO, 2021). Portanto, assumindo que a construção e compreensão dos significados do vernáculo sergipano aporta, inegavelmente, questões sócio-históricas marcadoras da identidade cultural e social de seu uso (MARENGO; MAGALHÃES, 2020), este trabalho objetiva apresentar possibilidades de exploração didática de um item lexical (*pão jacó*) - tomado como patrimônio linguístico sergipano -, que serve de exemplo de articulação interdisciplinar entre as aulas de história e de língua portuguesa.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Lexicologia. Ensino. Museu da Gente Sergipana. Pão Jacó.

Abstract: The museum is a locus of (re)constructed and constantly (re)constructed meanings. The collection contained therein contains much more than objects: it provides, linguistically, nouns, adjectives, articles, pronouns, verbs and other grammatical classes that name facts and social realities of the material and immaterial testimonies of man and his surroundings. Furthermore, it is important to emphasize that, according to Matoré (1973), words do not express things themselves, but the consciousness that men have of them. The Museu da Gente Sergipana (MGSE), for its rooms, corridors and atrium, recall the *Sergipean speaking*, as a partial representation of the intangible customs and traditions of Sergipe (MELLO, 2021). Therefore, assuming that the construction and understanding of the meanings of the Sergipean vernacular undeniably brings socio-historical issues that mark the cultural and social identity of its use (MARENGO; MAGALHÃES, 2020), this work aims to present possibilities of didactic exploration of one lexical item (*jacó bread*) - taken as Sergipe's linguistic heritage -, which is placed as an example of interdisciplinary articulation between history and Portuguese language classes.

Keywords: Cultural heritage. Lexicology. Teaching. Museu da Gente Sergipana. Jacó Bread.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Introdução

Em 24 de agosto de 2007, durante a 22ª Assembleia Geral, realizada na cidade de Viena, o Conselho Internacional de Museus (International Council of Museums - ICOM) definiu que museu é uma instituição sem fins lucrativos e de cunho permanente “ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento [...] que adquire, *conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade* e do seu meio envolvente com fins de *educação, estudo* e deleite (ICOM BRASIL, 2021, p. 1, grifo nosso).

Já em 2019, em Kyoto, na 25ª Conferência Geral, profissionais e pesquisadores da área de museus de diversos países, sob a orientação do Comitê para Definição de Museu do ICOM e do Comitê Internacional para Museologia (International Committee for Museology - ICOM), iniciaram um processo de debates para a atualização do conceito de museu frente às demandas do século XXI.

Devido à pandemia da Sars-Cov-2, uma reunião no formato de *webinar*, ocorrida em 10 de dezembro de 2020, além de definir os parâmetros para a atualização da definição de museu, também decidiu revisar o Código de Ética para essas instituições no período de janeiro de 2021 a 2022, para sua apresentação na 26ª Conferência Geral, em Praga (República Tcheca). A atualização desse conceito partiu, inicialmente, de uma definição apresentada pelo Comitê em Kyoto (2019)¹ a, aproximadamente, 4.500 profissionais da área, que representavam 115 países (ICOM 2021; ICOM BRASIL, 2021, p. 2). Naquele momento considerou-se que

Os museus são espaços democratizantes, *inclusivos e polifônicos que atuam para o diálogo crítico* sobre os passados e os futuros. Reconhecendo e abordando os conflitos e desafios do presente, mantêm artefatos e espécimes de forma confiável para a sociedade, salvaguardam memórias diversas para as gerações futuras e garantem a *igualdade de direitos e a igualdade de acesso ao patrimônio para todos os povos*. Os museus não têm fins lucrativos. São participativos e transparentes, e trabalham em parceria ativa com e para as diversas comunidades, a fim de *coleccionar, preservar, investigar, interpretar, expor, e ampliar as compreensões do mundo*, com o propósito de contribuir para a dignidade humana e a justiça social, a equidade mundial e o bem-estar planetário (ICOM BRASIL, 2021, p. 2, grifo nosso).

Diante das duas visões expostas, somos capazes de verificar que um museu é *locus* de construção de significados. O acervo nele acondicionado contém muito mais que objetos: aporta, linguisticamente, substantivos, adjetivos, artigos, pronomes, verbos e advérbios que nomeiam fatos e realidades sociais dos testemunhos materiais e imateriais do homem e de seu entorno. Segundo o lexicólogo francês Georges Matoré (1953), as palavras não expressam as coisas em si, mas a consciência que os homens têm delas. Assim sendo, “expressam uma operação cognitiva individual e coletiva capaz de associar palavras a conceitos e seus referentes” (BIDERMAN, 2001, p. 155-157).

Na teia de expressões que os objetos museais congregam para si a partir dos olhos de outras pessoas, funções e símbolos se entrecruzam na materialidade do tangível e na criatividade do imaginário cognoscível. Por isso, para além de nomear elementos de cultura material, a imaterialidade do léxico, nessas casas de memórias, tem muito a nos dizer sobre as realidades e identidades locais e regionais.

¹ Nesse encontro, apontou-se a necessidade de prorrogação dos trabalhos dialógicos coletivos para que a definição apresentada fosse mais discutida e, por fim, aperfeiçoada.

O Museu da Gente Sergipana (doravante MGSE), inaugurado em 2011, no antigo prédio onde funcionou, até 1950, o tradicional Colégio Atheneu Dom Pedro II, em seu processo de comunicação museológica elaborado sob a curadoria do *museum maker*² Marcello Dantas (desenvolvedor de projetos multimídias para museus, a exemplo do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo), acondiciona um recorte selecionado da ideia de “sergipanidade”.

Assim, por suas salas, corredores e átrios, ocorre a (re)memoração dos “falares sergipanos”, dos costumes e tradições, da culinária, da fauna, da flora, das praças (incluindo uma réplica do Carrossel do Tobias, tão caro às infâncias do passado sergipano), da feira, das igrejas enquanto lugares de sociabilidade, dos jogos de amarelinha (em Sergipe nomeados como “macacão”) intercruzados com danças e cantos, com a fé e os rituais religiosos que transitam pela capital Aracaju até as geografias do agreste e semiárido (MELLO, 2021, p. 142).

Muitos artigos e trabalhos acadêmicos contemporâneos têm se dedicado ao estudo da cultura sergipana relacionada ao MGSE. O recorte de interesses diz respeito ao uso das tecnologias digitais em expografias (MAFFEI, 2012), ao turismo cultural e experiência de um roteiro educativo no museu (GOMES et al., 2015), às questões das políticas públicas para a Cultura (ROCHA, 2017), aos direitos autorais nos cordéis e xilogravuras expostas (BARROS, 2013), às relações entre cultura e economia (ESPERIDIÃO; MATOS; MACHADO, 2017), à interface entre turismo e economia criativa (SANTOS; ALEXANDRE, 2019), dentre outros. Todavia, nenhuma investigação, até o momento, elegeu o vernáculo local como objeto relacionado à memória e ao patrimônio cultural. O MGSE traz a linguagem representada por uma seleção de itens lexicais expostos em um de seus setores denominado *Nossos Falares*.

Palavras como *papocar, brefaia, afolozado, rumar, brôco, quengo, lambedor, concho, imbuzada, cabra, atufaiar, pracatinha, apois*, entre inúmeras outras, estampam as paredes do MGSE e representam os falares sergipanos, despertando curiosidade e encantamento dos visitantes do museu e constituindo um território profícuo para os estudos léxico-culturais. Convém enfatizar que o grupo de palavras selecionado para a constituição desse setor tem seu uso difundido em Sergipe, com base em critérios empíricos. No entanto, apesar da fragilidade científica empregada para essa seleção lexical, é importante salientar que - de modo consciente ou inconsciente - há um eixo norteador que alberga essas palavras: são todas pertencentes ao vernáculo sergipano.

Segundo Tarallo (1999), o vernáculo é a língua falada espontânea que usamos nas mais diversas situações reais de interação social. É “[...] o conceito usado na linguística para identificar a língua natural e espontânea dos indivíduos” (KENEDY, 2013, p. 92). Portanto, o léxico de um vernáculo aporta uma realidade observada e experienciada pelos sujeitos que o partilham e, assim, podemos entendê-lo como um modo de expressão linguística da cultura em que seus falantes estão inseridos. Nessa mesma esteira, Vilela (1994), assinala que léxico “[...] é a parte da língua que primeiramente configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade. [...] O léxico é o repositório do saber linguístico e é ainda a janela através da qual um povo vê o mundo” (VILELA, 1994, p. 6). Assim, o léxico é uma virtualidade linguística que recebemos como herança da comunidade em que nascemos e a forma, externamente, mais representativa da língua que falamos. É

² Termo advindo do inglês (na tradução em língua portuguesa “fazedor de museus”) que designa um profissional multidisciplinar que “não necessariamente tem formação em Museologia, mas possui um excelente conhecimento sobre curadoria de exposições e projetos tecnológicos aplicados à expografia” (MELLO, 2017, p. 1534).

parte constitutiva do nosso ser no mundo, nossa forma de construir e ser construído, de expressar ideias, sentimentos, conceitos e impressões. O léxico, apesar de tão arraigado ao ser e à sua cultura, é a sua manifestação mais intangível.

A Carta Patrimonial de *Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*, produzida na 25ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Paris, em 1989, definiu a amplitude do conceito da intangibilidade na cultura tradicional e popular como:

[...] o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas nas tradições, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem à expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a *língua*, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (IPHAN/UNESCO, 1989, p. 2, grifo nosso).

Portanto, a língua é o primeiro grande patrimônio imaterial que recebemos ao nascer e é por meio dela que se consegue descrever, analisar e entender, por exemplo, como se processa a construção identitária cultural entre os povos. É por meio da língua que se condicionam (re)memorações, esquecimentos, tensões e (re)negociações não só das nossas experiências pessoais e coletivas como também das realidades vividas e experienciadas do mundo ao nosso entorno.

É essa língua uma espécie de teia de sentidos, ora semelhantes, ora distintos, que nos amarra e integra ao universo das sociabilidades humanas. Na concepção de Clifford Geertz (2008, p. 39), nós somos animais amarrados a teias de significados que nós mesmos tecemos. Ainda segundo o entendimento do autor, a cultura seria, metaforicamente, essas teias e a sua análise seria uma “ciência interpretativa à procura do significado”.

A busca da construção e compreensão dos significados linguísticos do vernáculo de uma cultura atravessa questões sócio-históricas que sempre marcam a identidade cultural e social de seu uso. Com base nessa premissa, o intuito desse trabalho é apresentar possibilidades de exploração didática, com foco na relação cultura e língua – tomada como patrimônio imaterial –, tanto em aulas de história quanto nas de língua portuguesa. Para tanto, nos centramos em um item lexical (*pão jacó*) exposto no setor exprográfico *Nossos Falares* do MGSE.

Patrimônio cultural entre o material e o imaterial

De acordo com Dominique Poulot (2009, p. 13), a definição de patrimônio se vincula tanto à realidade física quanto ao valor estético relacionado ao bem comum a um ou mais grupos, sendo gerenciado por um estatuto legal ou administrativo que envolve tanto decisões políticas quanto a chancela da opinião pública. Portanto, o ato de patrimonializar um bem cultural, seja material (objetos, edificações e monumentos, por exemplo) ou imateriais (práticas, celebrações e saberes), pressupõe um movimento de atribuição de valor de referência cultural para um grupo de identidade (CHUVA, 2012, p. 73). Desse modo, a língua e seus modos de manifestação (oral, escrita e gestual) é considerada um patrimônio imaterial.

O linguista francês Louis-Jean Calvet (2008) afirma que toda língua, ao mesmo tempo, gerencia e é gerenciada por políticas. Define, então, que as chamadas políticas linguísticas são decisões sobre as relações da sociedade e das pessoas com as línguas, o

que significa dizer que essa tipologia de política sempre estará relacionada com decisões de todos os níveis da esfera de organização político-social – desde a mundial até a comunitária ou familiar – sobre o uso da(s) língua(s). Por estar ao alcance de todos e pertencer a todos, indistintamente, a língua faz parte, como já apontamos, daquilo que Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2014) conceituam por herança social, pois representa um acúmulo de bens simbólicos que estão nas estruturas do pensamento do homem e são constitutivos de seus *habitus*. Desta feita, a língua pode ser tomada tanto como uma herança social (relacionada à sua constituição cognitiva) quanto como uma herança cultural (vinculada a seus usos).

Desde os anos 1930, com as primeiras Cartas Patrimoniais (UNESCO/IPHAN), até o final da década de 1980, o reconhecimento da herança cultural foi prioritariamente direcionado aos aspectos materiais (conjuntos históricos edificados urbanos ou rurais, sítios arqueológicos, artefatos e objetos museais) com enfoque no caráter de monumentalidade e excepcionalidade. Com a virada do século XX para o XXI, a *Recomendação para a Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial* (UNESCO/IPHAN, 2003) atribui valor às manifestações das tradições, expressões e usos orais e artísticos da língua e celebrações, usos e práticas sociais. Nessa toada, foi instituído, pelo decreto 3.551/2000, o *Registro de bens culturais de natureza imaterial* e o *Programa Nacional de Patrimônio Imaterial* (PNPI), sendo implementado o Registro nos Livros de: Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares (VIANNA, 2022). Assim, o patrimônio imaterial é concebido a partir de sua perspectiva de alteridade, envolvendo contínuas (re)criações em conformidade com a dinâmica de mudanças dos grupos e comunidades em meio ao seu espaço social, ambiente e interações, fazendo emanar um sentido de pertencimento: fruto da diversidade e da criatividade humanas (FUNARI; PELEGRINI, 2008, p. 46-47), como é o próprio uso da linguagem.

O ano de 2001 foi particularmente importante para os avanços de identificação, catalogação, visibilidade e proteção do patrimônio imaterial no Brasil. Vários projetos de inventários foram iniciados no âmbito do IPHAN e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), com estados e municípios elaborando seus próprios instrumentos de regulamentação, legislação e políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural. Nessa época, vários estados adotaram políticas de salvaguarda do “patrimônio vivo”, valorizando e remunerando os mestres das culturas para a continuidade do ensino de seus saberes às gerações mais jovens (VIANNA, 2022).

Em 2010, o decreto nº 7.387, instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) como instrumento oficial de memória, identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas faladas pelos diferentes grupos identitários formadores da sociedade brasileira. Desse modo,

O Decreto – assinado pelos ministérios da Cultura (MinC), Educação (MEC), Planejamento e Gestão (MPOG), Justiça (MJ), Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI) – permitiu a constituição de uma política específica para a salvaguarda da diversidade linguística brasileira, coerente com a natureza transversal das línguas, que participam de várias dimensões da vida social (IPHAN, 2022).

Segundo Santana, Araújo e Freitag (2018), o Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil (GTDL), do INDL, apresentou, no relatório de atividades referente ao biênio 2006-2007, uma proposta de classificação em seis categorias histórico-sociológicas, conforme sua origem histórico-cultural e sua natureza semiótica, para as línguas faladas no

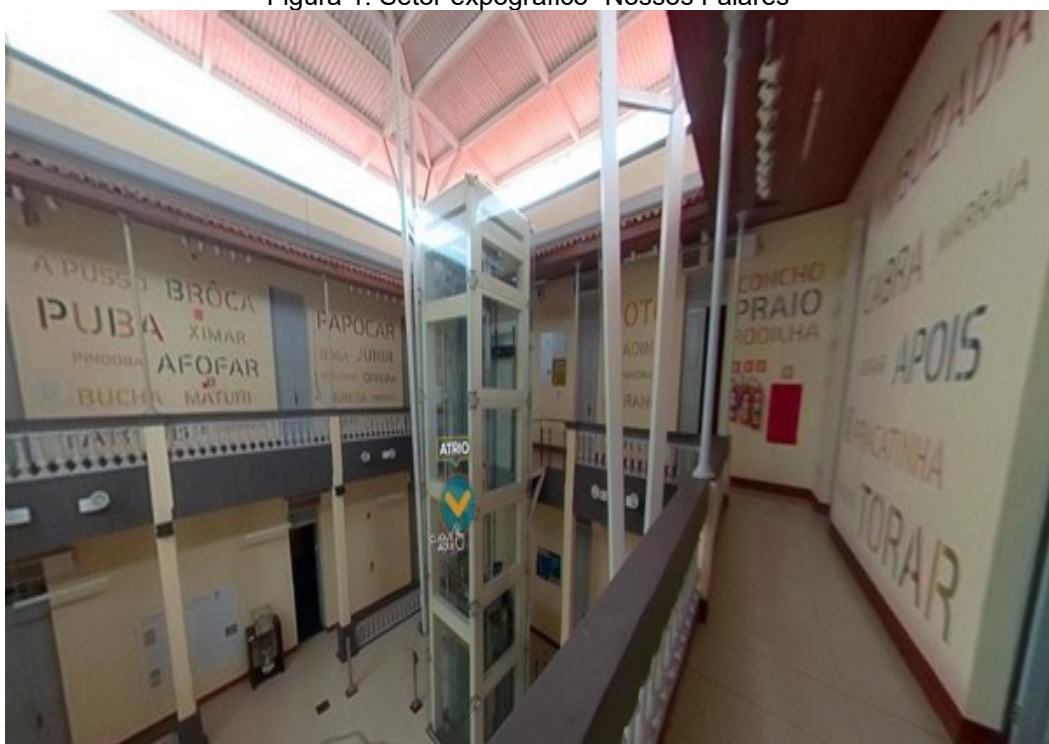
Brasil, a saber: (1) indígenas, (2) de comunidades afro-brasileiras; (3) de imigração; (4) de sinais; (5) crioulas; e (6) a Língua Portuguesa e suas variações dialetais (GTDL, 2008; SANTANA, ARAÚJO, FREITAG, 2018, p.122).

No trabalho que ora apresentamos, nos circunscrevemos tão somente à última tipologia: referente ao português e suas variações dialetais, uma vez que o espaço expográfico “Nossos falares”, do MGSE, tem por objetivo levar os usuários a “conhecer o significado de diversos vocábulos típicos de Sergipe” (INSTITUTO BANESE, 2017). Na próxima seção, iremos nos deter especificamente a esse setor e à nossa análise do vocábulo *pão jacó*. Em seguida, apresentaremos algumas propostas didáticas inter e transdisciplinares, a partir da análise do patrimônio delimitado, para as aulas de história e língua portuguesa da educação básica brasileira.

Nossos falares, nosso Patrimônio, nossa metáfora cultural: O Pão Jacó

No primeiro pavimento do MGSE, no espaço aberto do átrio, localiza-se o setor expográfico “Nossos Falares”. Nas paredes externas desse andar estão pintadas, em letras coloridas, o grupo de palavras de uso no vernáculo sergipano (Figura 1).

Figura 1: Setor expográfico “Nossos Falares”



Fonte: Arquivo pessoal dos autores

O repertório pintado em cada parede conta com placas indicativas, como nos mostra a Figura 2, em que se apresenta(m) o(s) significado(s) de cada item lexical ali exposto, seguido de sua(s) tradução(ões) para as línguas inglesa e espanhola. Como o conjunto de itens lexicais do MGSE é relativamente extenso, optamos por trabalhar, neste artigo, somente com uma palavra que tivesse como referência imediata um patrimônio cultural imaterial. Desta feita, além do léxico em si, queríamos também que o seu referente no seio cultural sergipano também se expressasse como imaterialidade patrimonial. É importante levar em conta que o repertório lexical que circula em um dado espaço sociogeográfico nos fornece uma indicação relevante de como sua cultura conceitualmente constrói as visões

acerca de seus patrimônios e de como “traduzem” suas experiências para estruturas lexicais da linguagem vernacular em uso (MARENGO; MAGALHÃES, 2020).

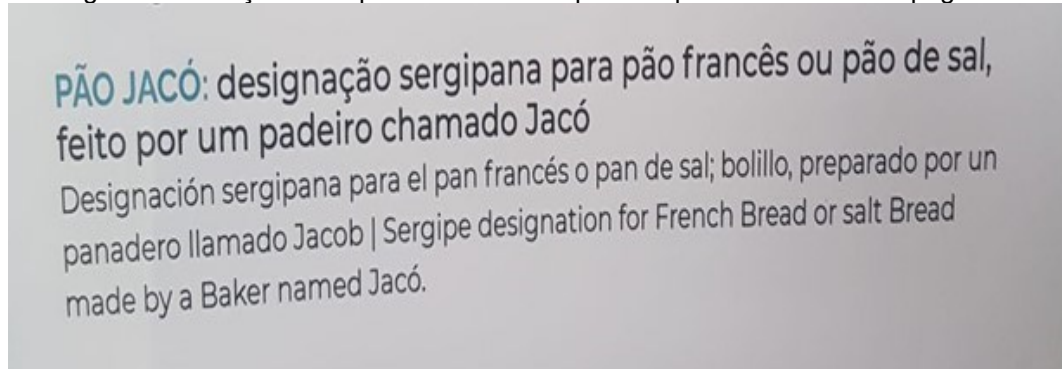
Figura 2: Parede com o repertório e sua placa explicativa



Fonte: Arquivo pessoal dos autores

Como se pode verificar, na parede indicada na Figura 2, que se localiza em frente ao elevador panorâmico do átrio, estão pintados dois vocábulos: *Pão Jacó* (ao alto) e *Cabrunco* (na base). Nosso foco se centra somente na inscrição parietal superior, pintada com tinta de cor vermelha. A placa com o significado, localizada na parte medial da construção, apresenta a seguinte redação definitiva, em língua portuguesa, para *Pão Jacó*: “designação sergipana para o pão francês ou pão de sal, feito por um padeiro chamado Jacó” (Figura 3).

Figura 3: Definição dada para Pão Jacó na placa explicativa do setor expográfico



Fonte: Arquivo pessoal dos autores

Ao que concerne o *pão jacó*, é importante trazer, primeiramente, informações de âmbito mais geral que versam sobre o patrimônio imaterial referente: o pão. Data do período neolítico a produção dos primeiros pães. Naquela época, a levedura dos cereais era grosseiramente misturada à água e, então, aquela mistura era assada ou coberta por brasa (CANELLA-RAWLS, 2003, p. 32). Os estudos sobre a cultura do consumo do pão, a exemplo de Bernardo e Martins (2011, p. 63), relatam que, no Egito, o pão era consumido diariamente e se estima que o egípcio tenha sido o primeiro povo a produzir pão com uma fermentação mais elaborada, abrindo possibilidades para sua difusão, em formatos variados, em todo o Mediterrâneo e o Médio Oriente.

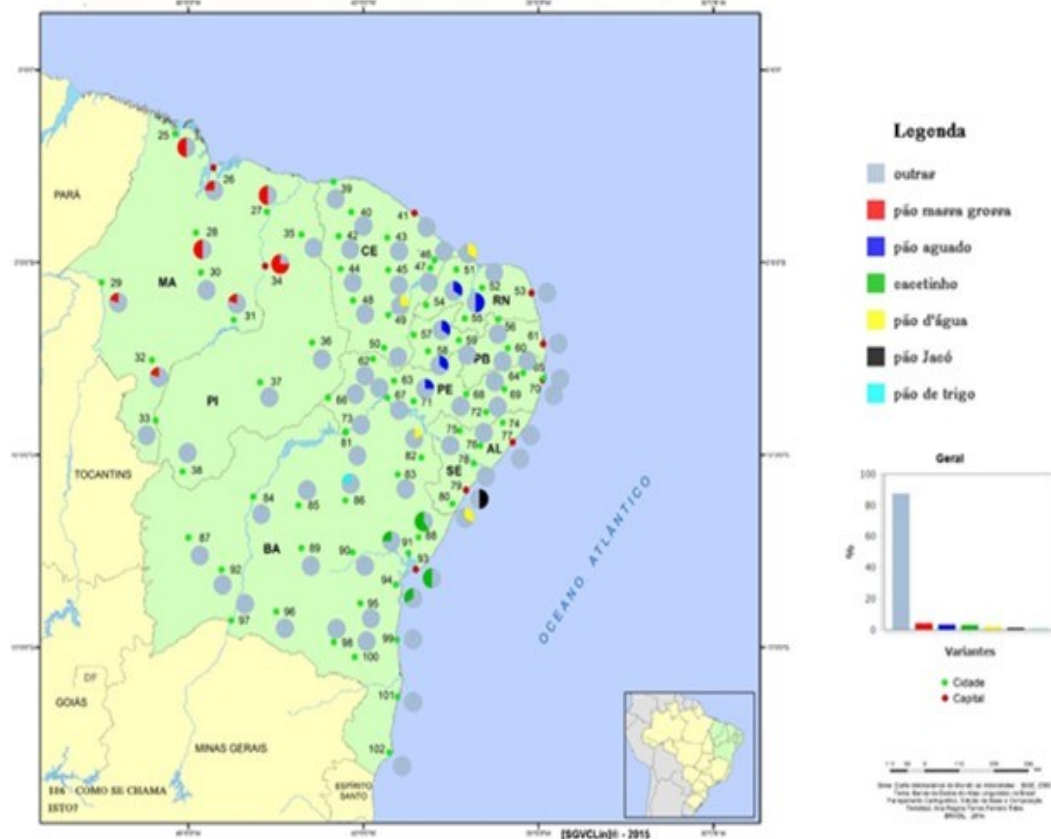
Além de ser um alimento amplamente difundido em diversas culturas, o pão também possui representação simbólica nas muitas religiões. No cristianismo, por exemplo, ele é compreendido como “sustento do corpo e da alma”, sendo partilhado em ceias e adotado como iguaria diária como “o pão nosso de cada dia”, que remete à oração do *Pai Nosso*. Essa perspectiva místico-religiosa constitui o enlace da memória dos povos no consumo de gêneros alimentícios, definindo, também, a divisão socioeconômica entre as classes privilegiadas – a quem eram destinadas as fornadas de pães produzidos com farinha refinada – e as classes menos abastadas, cujo consumo era do pão preto, produzido com mistura de farinhas de menor qualidade (REINHARDT, 2002, p. 17; BRAGA, 2003, p. 406).

Na lista de patrimônio imaterial da humanidade da UNESCO, em 2014, aparece o *Lavash*, o pão árabe produzido no sul do Cáucaso e na Ásia Ocidental, devido à sua importância na culinária armênia. Em 2016, foi também registrada sua inclusão nas culturas do Azerbaijão, Irã, Cazaquistão, Quirguistão e Turquia. Desde 2014, os artesãos tradicionais de diversas panificações, como a francesa e alemã, propuseram que a UNESCO reconhecesse seus modos de fazer pão com diferentes técnicas artesanais, tradições e ritos, como patrimônio cultural imaterial (FRACZEK, 2014). Salienta-se que não é o pão em si que é reconhecido com essa tipologia patrimonial, mas o modo de fazê-lo. Assim, valoriza-se a forma como a massa – que mistura farinha de trigo com água – é amassada, boleada, enrolada, esticada e cozida (UNESCO, 2015-2017).

Portanto, vemos que a relação entre a língua e a cultura de uma sociedade é intrínseca e passa pela compreensão histórico-social das atividades e fazeres de uma coletividade. Nas palavras de Marengo (2016), “[...] a língua comporta uma descrição do mundo como um fato social [...] produto de uma coletividade” (MARENGO, 2016, p. 64). Assim, o *modus operandi* de produzir o pão e os significados desse alimento em dado grupo é uma construção social partilhada pelos sujeitos não somente por meio de ações e saberes, mas também de palavras.

Para tratar cientificamente da questão, recorremos aos dados disponibilizados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), que se fundamenta em princípios gerais da geolinguística para descrever a realidade linguística brasileira com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas de cunho fônico, morfossintático e léxico-semântico³. Para nossa proposta, somente as diferenças lexicais foram tomadas. A seguir, apresentamos os resultados de distribuição dos dados pela região nordeste (Figura 4).

Figura 4: Distribuição diatópica de variantes para *pão francês*



Fonte: YIDA (2021)

De acordo com a carta de distribuição da Região Nordeste apresentada por Yida (2021), os dados que se referem a Sergipe indicam que, nas cidades do interior do norte e do sul do estado, as designações *pão*, *pão de sal* ou *pão francês* foram as mais usadas. Já na capital, Aracaju, o item lexical *pão jacó* foi o mais produtivo.

Para explicar essa peculiaridade dialetal, que só tem incidência na cidade de Aracaju, é necessário recorrer aos fatores históricos e sociais que são embasados pelas fontes da história oral e pela documentação remanescente escrita de um passado recente da capital sergipana. Ao relacionar dados de arquivo e entrevistas informais ao processo de rememoração, somos capazes de identificar os elos de pertencimento e reconhecimento identitário criados por seus partícipes, uma vez que “as memórias individuais são construídas a partir de vivências que os sujeitos experimentaram no curso de suas vidas, no

3 Os dados do Projeto ALiB são coletados por meio de um protocolo de entrevistas com informantes distribuídos por nível de escolaridade (universitário, ensino fundamental completo e ensino fundamental incompleto), idades nos intervalos de 18 a 30 anos e 50 a 65 anos - e contemplando os dois sexos.

interior de grupos sociais” (SANTOS, 2005, p. 5). Desse modo, em busca da explicação para a circulação do vocábulo *pão jacó*, chegamos a um lugar físico: a panificação Garça.

Esse espaço quase centenário se situa na rua Santa Rosa, no centro de Aracaju, próximo ao Mercado Municipal Antônio Franco (Figura 5). Iniciou suas atividades como panificadora e moinho em janeiro de 1927. À época, além da produção de pães, manteigas e outras iguarias, também fabricava farinha de trigo, de milho e de outros cereais.

Figura 5: Localização da Panificação Garça



Fonte: Google Maps

Na parede central do estabelecimento, há uma pintura de um moinho presente desde sua inauguração. A ascendência portuguesa está marcada nos azulejos originais, nas cores azul marinho e branco, que ornaram as paredes laterais do lugar. A Panificação Garça, durante seus 95 anos, se mantém há três gerações no seio da mesma família, tendo sido o português João Alves dos Santos o seu fundador. Antônio Alves dos Santos, filho e herdeiro do idealizador e fundador, assumiu a panificadora após a morte do pai. Por fim, Alexandre Azevedo Alves dos Santos, filho de Antônio e neto de João, é o seu atual administrador.

Figura 6: Panificação Garça – Aracaju - SE



Fonte: Arquivo pessoal dos autores

Na década de 1930, outras panificadoras e moinhos dividiam espaço no segmento comercial aracajuano com a Panificação Garça, eram elas: Armazém e padaria Minerva, Panificação Cecy, Panificação e mercearia Phenix, Panificação Sergipana e Panificação Central (BARRETO, 1933). Apesar da diversidade de estabelecimentos voltados à venda de pão, somente a Garça emerge como referência.

O historiador sergipano Osvaldo Ferreira Neto, em pesquisa constituída com fontes de História Oral (FERREIRA, 2000), gravou informantes aracajuanos com mais de 90 anos que expuseram suas memórias acerca do sucesso da Panificação Garça nas décadas de 30 e 40 do século passado. Nos registros orais, os entrevistados (entre eles, o sr. Antônio Alves dos Santos) convergem na narrativa de que o padeiro José Jacó da Silva, que trabalhava na Garça, produzia o melhor pão francês (ou de sal) da cidade (ALMEIDA, 1999). A fama do pão do padeiro Jacó era tanta que há, inclusive, anúncios nos jornais da época propagando os saborosos pães de Jacó⁴.

Linguisticamente, a estrutura do sintagma *pão de Jacó* vai, progressivamente, dando lugar à variante *pão jacó*, em que a construção *de + substantivo* dá lugar a um adjetivo. Brinton e Traugott (2005, p. 33) apontam que esse processo de conversão se dá, na maioria das vezes, por meio de uma figura de linguagem denominada metonímia (no caso específico, o sujeito pela coisa: o nome do padeiro se torna o nome do pão).

⁴ Cf. Entrevista com o historiador Osvaldo Ferreira Neto sobre suas pesquisas em *Giro Sergipe*, que fala sobre pães e explica como o pão francês ficou conhecido como pão jacó. (13'20"). 07 ago. 2021. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9750152/>. Acesso em 20 abr. 2022.

Seja com base nas fontes orais coletadas ou nos documentos escritos relativos à panificação Garça – sejam os do acervo pessoal da família e do contador do estabelecimento e/ou os depositados no arquivo da Junta Comercial de Sergipe – é possível remontar à forma de nomeação específica desse patrimônio imaterial na cidade de Aracaju. A partir desses dados, é que passamos a propor algumas atividades de ensino inter e transdisciplinares que envolvem os conteúdos de história e língua portuguesa.

Atividades de Ensino

A orientação da BNCC (2018, p. 416) para o Ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental destaca três procedimentos básicos: 1. a identificação de eventos históricos importantes, organizando-os no tempo e no espaço; 2. o desenvolvimento das condições necessárias para que os alunos selecionem, compreendam e reflitam sobre os significados da produção, circulação e utilização de documentos (materiais ou imateriais), elaborando críticas sobre formas já consolidadas de registro e de memória, por meio de uma ou várias linguagens e 3. o reconhecimento e a interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno, verificando as hipóteses e avaliando os argumentos com vistas ao desenvolvimento de habilidades necessárias para a elaboração de proposições autônomas.

Para a elaboração das propostas didáticas relacionadas ao tema desta pesquisa, ressaltam-se também duas competências básicas do Ensino de Língua Portuguesa, presentes na BNCC (2018, p. 65), a serem desenvolvidas pela área de conhecimento supracitada: 1. compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais; 2. desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

Sob esse aspecto, as três sequências didáticas abaixo buscaram imiscuir as possibilidades de trabalho inter, multi e transdisciplinar que o tema do patrimônio cultural imaterial proporciona ao desdobramento do ensino-aprendizagem das áreas de História e Língua Portuguesa.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA 1

Os distintos tempos históricos da micro e macro-história de Aracaju e do mundo e a aproximação lexical na construção dos significados

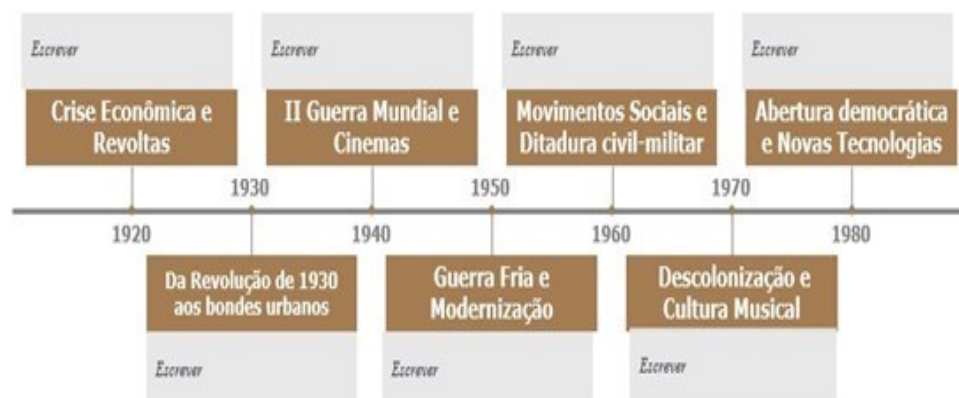
Objetivos: 1) Identificar as mudanças e permanências do tempo histórico em suas correlações com os fatos ocorridos na história local e global; 2) pensar as formas de construção de significados do léxico a partir do conhecimento histórico-social.

Inspirados na data de criação da Panificação Garça (1927), os alunos deverão completar a linha do tempo abaixo com frases sínteses sobre os momentos históricos vivenciados em Aracaju e no mundo no período de 1920 a 1980.

Figura 7: Modelo de Linha do Tempo histórica

Linha do Tempo da História

Décadas de 1920 a 1980



Fonte: autoria própria

A partir dos acontecimentos históricos marcados na linha do tempo, deve-se pedir aos alunos que escrevam, para cada um deles, um conjunto de palavras ou expressões específicas que remetem imediatamente (ou unicamente) àqueles contextos. Por exemplo: II Guerra Mundial – *bomba atômica, fascismo, nazismo*; Ditadura civil-militar – *tortura, preso político, pau de arara*; Descolonização e Cultura Musical: *iê-iê-iê, bossa nova, tropicália*. Uma vez feito o *brainstorming* de palavras é necessário que se apresente a ideia de que elas têm seus significados construídos em um tempo determinado e em uma cultura social delimitada. Assim, o professor pode trabalhar com variações semânticas e suas relações com a cultura de um lugar, de um grupo ou de uma época.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA 2

História, Léxico e Patrimônio Cultural

Objetivos: 1) Construir empiricamente o conceito de patrimônio cultural imaterial; 2) Comparar os patrimônios imateriais de culturas distintas; 3) Reconhecer o processo metonímico de nomeação dos patrimônios.

Inicialmente, deve-se pedir para os alunos lerem os pequenos textos motivadores apresentados a seguir.

Texto 1

Em Cajazeiras, sertão paraibano, o *pão Saora* foi registrado como patrimônio imaterial do estado devido à história de 74 anos de sua produção familiar e artesanal. Conhecido como Sr. Saora, Severino Cabral, negro, nascido em 1918, começou a trabalhar aos 9 anos de

idade em padarias da região. Vinte anos depois montou sua própria panificadora dentro de casa e começou a produzir um pão artesanal que conquistou a população local (LEON, 2021).

Figura 8: Pão Saora de Cajazeiras, Paraíba



Fonte: Portal Correio (2021)

Texto 2

Os *nachos* surgiram na divisa do México com os Estados Unidos, em 1943. Seu idealizador foi Ignacio Anaya García que trabalhava no *Victory Club*, restaurante localizado na cidade mexicana *Piedras Negras*, vizinha a *Eagle Pass*, no Texas (EUA). Nacho, como era conhecido Ignacio Anaya⁵, usou da sua criatividade e combinou tortilhas de milho crocantes com cobertura de queijo e pimenta *jalapeño*. O prato foi batizado pelos frequentadores do restaurante de *Nachos Especiales*. A receita original mexicana foi impressa em 1954 no Livro de receitas da St. Anne (BARUFALDI, 2018). Em 2010, esse prato e outros típicos da cozinha mexicana foram declarados patrimônio imaterial da humanidade pela Unesco.

⁵ Em espanhol, o nome Ignacio tem como hipocorístico Nacho. Em português, por exemplo, Aparecida é Cida, Cidinha; José é Zé; Roberto é Beto ou Bob. Todos esses casos são exemplos de hipocorísticos.

Figura 9 - Nachos especiales



Fonte: www.localdines.com

A partir dos textos informativos 1 e 2, o aluno deve construir o conceito de patrimônio imaterial e justificá-la. Em seguida, deve-se levar o estudante a apontar o que há de semelhante entre os *nachos*, o *pão saora* e o *pão jacó*. Após o entendimento de que a nomeação das iguarias é feita a partir de metonímias (o produtor pelo produto), o professor deve estimular os alunos a darem exemplos semelhantes com outros produtos, marcas e nomes de lugares.

SEQUÊNCIA DIDÁTICA 3

O pão jacó como elemento cultural e sociolinguístico de Aracaju (História de Sergipe)

Objetivos: (1) Compreender as relações entre Capitalismo e Modernidade a partir dos elementos histórico-culturais e sociolinguísticos locais.

Deve-se pedir para que os alunos leiam o texto motivador apresentado.

Texto 1

“A partir da cozinha, da alimentação, temas como trabalho, economia, hierarquias sociais, política, solidariedade, segurança alimentar, políticas públicas, transformação de costumes, sustentabilidade, geografias culinárias, podem ser trabalhados na sala de aula no Ensino de História. Isso porque ‘a alimentação como elemento cultural ajuda a demarcar traços múltiplos de diferentes identidades nas sociedades no decorrer do tempo e em diversos contextos históricos’” (PEIXOTO, 2020, p. 109 *apud* MELLO; ALVES; SANTOS, 2021, p. 20-21).

O estabelecimento das panificações e moinhos em Aracaju, Sergipe, nas décadas de 1920-1940 está relacionado ao crescimento da cidade, que foi de uma demografia de

37.440 habitantes (1920) a 59.031 habitantes (1940) (IBGE, 2010), acompanhando os movimentos de modernização arquitetônica e de incremento do setor comercial no centro urbano.

Figura 10: Anúncios de panificadoras aracajuanas da década de 1930



Fonte: BARRETO (1933)

A partir dos anúncios acima, os alunos devem elaborar um anúncio para a Panificação e moinho Garça, ressaltando o papel cultural do *pão jacó* na visibilidade da cidade e de Sergipe. Os alunos devem atentar para o fato de que estamos na década de 1930 e, portanto, o gênero anúncio e a forma de escrita devem respeitar os padrões que circulavam na época. Após essa atividade, pode-se pedir que se faça uma comparação desses anúncios do século passado com os atuais, destacando-se as semelhanças e diferenças de cunho linguístico-semiótico e histórico-cultural.

Por fim, essas pequenas atividades de ensino apresentadas por meio das três sequências didáticas, longe de serem as mais perfeitas, são somente uma pequena amostra daquilo que podemos fazer a partir de um infinito de possibilidades que o MGSE nos permite por meio de tão importante e significativo repertório linguístico do dia a dia dos sergipanos.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi apresentar algumas possibilidades para se explorar, em contextos de sala aula, questões referentes ao patrimônio imaterial. Nossas propostas apontaram para um item lexical específico: o *pão jacó* a partir de uma visita ao setor expográfico “Nossos Falares” do MGSE. Em primeiro lugar, é importante destacar que um museu, para muito além de ser tomado como um repositório elencado de patrimônio material, tem importante lugar na construção dos significados daquilo que é intangível – mas tão presente – na cultura, desde a local até a mundial.

Em um segundo momento, é necessário que se destaque que a forma como vemos e interpretamos o mundo é expressa por meio de linguagem, seja ela verbal ou não. Assim, ao tratarmos de construção cultural e suas formas de difusão, a linguagem sempre será seu veículo. Portanto, o léxico de uma língua sempre será o espelho do conhecimento sobre a maneira de como as pessoas projetam o mundo e, portanto, sobre como a cultura na qual estão inseridas é partilhada na/pela/para a sociedade. Como nos aponta Matoré (1968), as palavras não aparecem sem motivação, elas têm a sua hora certa de aparecer. Além disso,

sua data de nascimento é interessante na medida em que sempre revela uma modificação na história de uma civilização.

Marengo (2016; 2020) nos recorda que os múltiplos sentidos adquiridos por uma palavra no caminhar de sua história na língua se associam não somente à sua configuração lexical, mas também às especificações discursivas impostas por diferentes contextos. É desse modo que podemos visualizar as relações de proximidade estabelecidas entre a língua – que carrega a sua história na história dos seus usuários – e a cultura de uma sociedade, criando uma identidade.

O *pão jacó* confere uma identidade cultural gastronômica para Aracaju que se reflete no uso lexical diário, isto posto que os saberes, fazeres e sabores da cultura estão enraizados nas memórias gustativas de sua população. A existência do Museu da Gente Sergipana na capital congrega o desejo de reunir em uma instituição cultural, símbolo da modernidade tecnológica, a preservação das memórias do patrimônio material e imaterial (CONCEIÇÃO, 2013). Mesmo que os processos de coleta das identidades individuais e coletivas sejam fragmentados pela ação do tempo e os efeitos da globalização, o museu se torna um *locus* de resistência ao valorizar a cultura local e projetá-la para as gerações futuras.

Referências

ALMEIDA, Augusto César de. *Pães no Brasil: fotos e verbetes*. São Paulo: Editora Maná, 1999.

BARRETO, Armando. *Cadastro: Commercial, Industrial, Agrícola e Informativo do Estado de Sergipe (SE)*. 1933. [Obras Raras - Hemeroteca Digital, Fundação Biblioteca Nacional]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=356581&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=1>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BARROS, Carla Eugenia Caldas. Visita ao Museu da Gente Sergipana: existe verdade na arte de literatura de cordel - uma visão de direito autoral do artista plástico. *PIDCC*, Aracaju, Ano II, n. 04, p. 186-227, 2013.

BARUFALDI, Mauricio. *Nachos; comida mexicana repleta de história de sucesso*. 27/08/2018. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/nachos-comida-mexicana-repleta-de-hist%C3%B3ria-sucesso-mauricio-barufaldi/?originalSubdomain=pt>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BERNARDO, Edgar; MARTINS, Elisabete. *Vivências passadas, memórias futuras: a cultura do linho, pão e vinho*. Felgueiras, Portugal: CopiMarco Lda., 2011.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Terminologia e Lexicografia. *TradTerm.*, 7, p. 153-181, 2001. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49147/53230>. Acesso em 10 jan. 2022.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Os herdeiros: os estudantes e a cultura*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond. A Alimentação das Minorias no Portugal Quinhentista. *Revista Portuguesa de História*, vol. 1, n. 36, p. 405-421, 2003. Disponível em https://doi.org/10.14195/0870-4147_36-1_18. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2018.

BRINTON, Laurel; TRAUGOTT, Elizabeth. *Lexicalization and language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CANELLA-RAWLS, Sandra. *Pão: arte e ciência*. São Paulo: SENAC, 2003.

CHUVA, Márcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (orgs.). *Patrimônio Cultural*. Políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2012, p. 67-78.

CONCEIÇÃO, Mirtes Rose Menezes da. Materialização de Políticas Culturais: o Museu da Gente Sergipana e a construção de identidades. *Anais do IV Seminário Internacional – Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Setor de Políticas Culturais/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História oral, desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra e Cássia Araújo. *O que é patrimônio imaterial?* São Paulo: Brasiliense, 2008.

FRACZEK, Jennifer. *Pão como Patrimônio Imaterial da Unesco*. 27/02/2014. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/p%C3%A3o-alem%C3%A3o-concorre-a-patrim%C3%B4nio-cultural-imaterial-da-unesco/a-17456761>. Acesso em 15 mar. 2022.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIRO SERGIPE. *Giro Sergipe fala sobre pães e explica como o pão francês ficou conhecido como pão jacó*. (13'20). 07 ago. 2021. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/9750152/>, acesso em: 20 abri. 2022.

GOMES, Mariana Selister et al. Turismo Cultural, Educação Patrimonial e Cidadania: Uma Experiência entre Universidade, Escola e Museu em Sergipe. *Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, v. 7, n.3, p. 459-470, 2015.

IBGE. *Censo Demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

ICOM. *Consultations*. Museum definition and Code of Ethics. 11/01/2021. Disponível em <https://icom.museum/en/news/icom-define-consultation-2-what-should-be-part-of-the-new-museum-definition/>. Acesso em 12 jan. 2022.

ICOM BRASIL. *Pesquisa ICOM Brasil*. Nova Definição de Museu. 2021. Disponível em <http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Apresentacao.pdf>. Acesso em 12 jan. 2022.

INSTITUTO BANESE. *Museu da Gente Sergipana*. 2017. Disponível em www.museudagentesergipana.com.br. Acesso em 03 mar. 2022.

IPHAN. *Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/indl>. Acesso em 15 mar. 2022.

IPHAN/UNESCO. *Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular*. Paris: UNESCO, 1989. [Trad. IPHAN]. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>. Acesso em 10 jan. 2022.

IPHAN/UNESCO. *Recomendação para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (Carta Patrimonial)*. Paris: UNESCO, 2003. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>. Acesso em 12 fev. 2022.

KENEDY, Eduardo. *Curso básico em linguística gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.

LEÓN, Lucas Pordeus. Pão Saora vira patrimônio imaterial e cultural da Paraíba. *Radioagência Nacional*, 30/04/2021. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/cultura/audio/2021-04/pao-saora-vira-patrimonio-imaterial-e-cultural-da-paraiba>. Acesso em 15 mar. 2022.

MAFFEI, Waldir Roque. *O impacto das Tecnologias da Informação e Comunicação em Museus: estudo de caso no Museu da Gente Sergipana*. 79 p. Monografia (Especialização em Mídias na Educação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

MARENGO, Sandro Marcio Drumond Alves. *Variações terminológicas e diacronia: estudo léxico-social de documentos militares manuscritos dos séculos XVIII e XIX*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

MARENGO, Sandro Marcio Drumond Alves; MAGALHÃES, Rafael Marques Ferreira Barbosa. The magic words: Lexicon of the associative field of magic in the medieval cantigas. *LaborHistórico*, v. 6, n. 3, p. 276-294, 2020. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/35283>>. Acesso em 10 mar. 2022.

MATORÉ, Georges. *La méthode en lexicologie: domaine français*. Paris: Didier, 1953.

MATORÉ, Georges. *Histoire des dictionnaires français*. Paris: Larousse, 1968.

MELLO, Janaina Cardoso de.; SANTOS, Luan Felipe; ALVES, Beatriz França. Galletas de la Fortuna: o Ensino de História da América Latina entre Memórias, Esquecimentos e Patrimônio Cultural. *Zumé - Boletim do Natima*, v. 3, p. 6-27, 2021.

MELLO, Janaina Cardoso de. Museu da Gente Sergipana. In: MAYNARD, Dilton C. S.; MONTEIRO, Vivian Cruz (orgs.). *Lugares, personagens e outras coisas de Sergipe*. Recife: EDUPE, 2021, p. 142-143.

MELLO, Janaina Cardoso de. Tecnologia e expografia na contemporaneidade. Os *museum makers* e a sedução do olhar. *Anais do III Seminário Brasileiro de Museologia - SEBRAMUS*. Belém: UFPA, 2017, p. 1533-1546.

PORTAL CORREIO. *Pão fabricado em Cajazeiras desde o século passado vira patrimônio cultural e imaterial da Paraíba*. 28/04/2021. Disponível em <https://portalcorreio.com.br/pao-fabricado-em-cajazeiras-desde-o-seculo-passado-vira-patrimonio-cultural-e-imaterial-da-paraiba/>. Acesso em 15 mar. 2022.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REINHARDT, Juliana Cristina. *O pão nosso de cada dia. A padaria América e o pão das gerações curitibanas*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2002.

ROCHA, Irla Suellen da Costa. *Museu, Cultura e Criatividade: o Museu da Gente e as Políticas Públicas no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2017.

SANTANA, José Humberto dos Santos; ARAUJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raquel Meister Ko. Documentação do português falado em comunidades rurais afro-brasileiras de Sergipe: patrimônio e memória. *Palimpsesto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, v. 17, n. 28, p. 121-138, 2019. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/palimpsesto/article/view/36667>. Acesso em 20 mar. 2022.

SANTOS, Antônio Cesar de Almeida. *Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história*. Curitiba: DAP, 2005.

SANTOS, Thamires de Melo Menezes; ALEXANDRE, Lillian Maria de Mesquita. "Interações entre o Turismo e a Economia Criativa no Museu da Gente Sergipana – Aracaju – Sergipe – Brasil". *Anais Eletrônicos do IX Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - IX ETBCES*. Salvador: UNEB, 2019, p. 1-13.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Editora Ática, 1999.

UNESCO. Lavash, the preparation, meaning and appearance of traditional bread as an expression of culture in Armenia - intangible heritage - Culture Sector - UNESCO. *unesco.org*. Retrieved 2015, p. 12-15.

UNESCO. Kochari, traditional group dance. UNESCO. *unesco.org*. Retrieved 2017-12-07.

VIANNA, Leticia C. R. Patrimônio Imaterial. In: IPHAN. *Dicionário do Patrimônio Cultural*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/85>. Acesso em 10 mar. 2022.

VILELA, Mário. *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Almedina, 1994.

YIDA, Vanessa. As designações para o pão nosso de cada dia: a norma lexical do português brasileiro com base no corpus do Projeto ALiB. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 29, n. 1, p. 533-588, 2021. Disponível em <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/17260>. Acesso em 17 mar. 2022.

Notas de autoria

Janaína Cardoso de Mello é professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) da UFS. Tem doutorado em História Social (UFRJ). Membro do Laboratório de Humanidades Digitais e Documentação Terminológica (LADOC) da UFS e da Red de Cooperación Académica en la Cátedra Patrimonio Cultural Inmaterial de Latinoamérica y el Caribe/UNESCO, Argentina e Colômbia. E-mail: janainamello.ufs@gmail.com

Sandro Drumond Marengo é professor dos Programas de Pós-Graduação em Letras (UFS), Profissional em Letras (Profletras) e Estudos Linguísticos (UEFS). Tem doutorado em

Estudos Linguísticos (UFMG). Membro do Laboratório de Humanidades Digitais e Documentação Terminológica (LADOC) da UFS e coordenador do projeto nacional "Para a História do Português Brasileiro" (PHPB). E-mail: sandrodmarengo@gmail.com

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

MARENGO, Sandro Drumond; MELLO, Janaína Cardoso de. Léxico, Cultura e Ensino: o patrimônio imaterial no Museu da Gente Sergipana. *Sæculum – Revista de História*, v. 27, n. 46, p. 285-305, 2022.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 22/03/2022.

Modificações solicitadas em 05/04/2022.

Aprovado em 15/05/2022.